

Crises sanitárias e o Surgimento de Propostas de Educação ao Ar Livre: Uma revisão Bibliográfica

**Estudantes de Graduação Autores:
Clara de Oliveira Buonicore
Nathan Pedro B. Rosa**

**Outros Autores: Thaís de Jesus Avelino
Fauston Negreiros**

Orientador: Marilene Proença R. de Souza

Universidade de São Paulo

clarabuonicore@usp.br

Objetivos

O objetivo deste trabalho foi analisar a relação entre o surgimento de propostas de educação ao ar livre e em contato com a natureza e as crises sanitárias que se deram ao longo do século XX e XXI na Europa e América Latina. A partir de uma revisão bibliográfica, então, buscamos entender quais as experiências existentes nesse período, suas implicações para a formação de seus estudantes, assim como as concepções de natureza utilizadas em cada caso a depender de seu contexto social, histórico e cultural.

Após esse levantamento, os dados coletados e analisados foram organizados em uma linha do tempo e disponibilizados em uma plataforma online.

Métodos e Procedimentos

O método escolhido consistiu em um levantamento bibliográfico documental, com recorte temporal de 1901 a 2021, localizando marcadores temporais – fatos históricos, obras publicadas, legislações nacionais, tratados internacionais, congressos nacionais e internacionais entre outros – de diferentes áreas e em convergência com o escopo do estudo.

As buscas foram realizadas em diferentes fontes historiográficas como bases de dados

eletrônicas, bibliotecas virtuais, arquivos públicos, plataformas legislativas e educacionais, utilizando as palavras chave “Escolas ao Ar Livre”, “Natureza”, “Rural”, “Educação” e “Experiências Educativas”. Tendo como fontes livros, trabalhos de dissertação de mestrado, teses de doutorado, documentos legislativos, dentre outros.

Resultados

A crise sanitária causada pela tuberculose que perdurou até a metade do século XX perpassou pela constituição de práticas educacionais e pedagógicas fomentando discussões que trouxessem à tona uma perspectiva de educação higienista e eugênica ancorada no discurso das ciências biológicas com especial força na Europa e na América Latina. No Brasil, especificamente, a pedagogia é absorvida pelo discurso médico-sanitarista tendo influência na criação do Ministério da Saúde e da Educação em 1930, em políticas educacionais, na reestruturação da arquitetura escolar, no currículo prescrito, na formação de professores e nas experiências de escolas ao ar livre até meados das décadas de 1950 e 1960.

Após esse período, nos deparamos com regimes militares no Brasil e em outros países da América Latina. Na segunda metade do século XX alguns dos temas que se articularam com experiências educativas ao livre foram: a força dos movimentos sociais, articulação

política da educação escolar indígena e reforma agrária, se afastando assim da lógica meramente sanitária.

O movimento da "Educação rural" no Brasil e na América Latina compõe um quadro que por alguns autores foram intitulados no começo do século XX como ruralismo pedagógico e tinha como perspectiva a concepção médico-sanitária, visando cuidar da saúde das crianças, reabilitando e evitando a degeneração da raça, perspectiva defendida por diferentes médicos e políticos. Além deste movimento, havia a necessidade de fixação do trabalhador no campo, evitando o êxodo rural. Neste contexto, percebe-se um pluralismo de práticas educacionais e de referenciais teóricos que em certos momentos transpassam o viés médico-sanitário.

Alguns dos objetivos educacionais no Brasil em relação a implementação da educação rural era de formar trabalhadores preparados para atuar na região rural, levando em consideração o fato de que por muito tempo e até hoje, havia um anseio político de que o Brasil pudesse se consolidar como um país agroexportador. Além disso, alguns pensadores(as) como Alberto Torres, Noêmia Cruz, Carneiro Leão, Sud Menucci e políticos como João Goulart, entre outros, traziam em seus discursos a narrativa que a melhoria das condições sanitárias e educacionais nas escolas do campo, concomitantemente, traria avanços para o bem estar das pessoas, para a construção de um nacionalismo e de trabalhadores prontos para servir aos interesses econômicos da elite brasileira.

Conclusões

A partir do levantamento de diversas experiências educacionais na Europa e América Latina pudemos observar que as crises sanitárias de fato exerceram um papel significativo para a popularização de experiências educativas ao ar livre e em contato com a natureza. Entretanto, as motivações para a implementação dessas práticas e suas consequências para a formação de seus estudantes não se restringiram unicamente ao campo médico-sanitário.

Ainda sim, é importante ressaltar que a perspectiva da natureza enquanto um recurso

para alcançar objetivos sejam eles sanitários, econômicos, moralistas ou de nacionalização aparece como a de maior peso na maioria das experiências levantadas.

Por fim, esperamos através deste estudo enriquecer o arcabouço teórico quanto ao tema da inter-relação entre educação, infâncias e natureza e produzir materiais que sirvam de subsídio para a criação de políticas públicas e práticas de educação ao ar livre e em contato com a natureza, potencializando o desenvolvimento integral dos estudantes.

No entanto, a pesquisa possui limitações como, por exemplo, a impossibilidade de abranger toda a amplitude dos territórios culturais e da pluralidade de práticas educacionais em cada contexto/lugar.

Sugere-se, então, a realização de mais estudos que explorem outras práticas educacionais em outros espaços não privilegiados na pesquisa, bem como as realizações educativas de outros países, Estados, municípios e outras culturas, desmistificando o processo de naturalização do modelo escolar hegemônico, que aposta no controle dos corpos e das mentes, além de confinar os sujeitos, de tal forma que a natureza é vista com uma parte externa à espécie humana.

Referências Bibliográficas

DALBEN, A. Mais do que energia, uma aventura do corpo: as colônias de férias escolares na América do Sul (1882-1950). 2014. 389 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2014.

MORAES, Agnes Iara Domingos. Ensino primário tipicamente rural no Estado de São Paulo: um estudo sobre as Granjas Escolares, os Grupos Escolares Rurais e as Escolas Típicas Rurais (1933-1968). 2014. 183 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2014.

NETO, B. L. EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL :Do ruralismo pedagógico ao movimento por uma educação do campo.Uberlândia. Navegando publicações. 2016.